



FENAPEF
FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS

AGENDA SEMANAL DOS PODERES #34

Semana de 04 a 08 de Outubro

Executivo



A existência de empresas em paraísos fiscais pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, revelada neste domingo (3) por veículos da imprensa como a revista Piauí e o jornal El País, que participam do projeto do Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos, atinge a imagem do Governo Federal. A lista do chamado Pandora Papers expôs autoridades públicas e empresários nacionais e internacionais que possuem empresas offshore abertas em paraísos fiscais. Ter uma offshore não é ilegal, desde que a empresa e seu patrimônio tenham sido declarados à Receita Federal. Guedes afirma que declarou à Receita. Campos Neto, por sua vez, afirmou que fechou uma de suas offshore e que não fez remessas de capital para as demais, nem investiu com recursos delas desde que assumiu a presidência do Banco Central. Porém, o fato dos principais nomes da economia serem responsáveis por decisões

que impactam o câmbio e a tributação, como no caso de estarem à frente do Conselho Monetário Nacional (CMN), e já terem aprovado medida beneficiando possuidores de recursos no exterior, pode resultar em conflito de interesse expresso no Código de Conduta da Alta Administração Federal. A norma proíbe, em seu artigo 5º, “investimento em bens cujo valor ou cotação possa ser afetado por decisão ou política governamental a respeito da qual a autoridade pública tenha informações privilegiadas”.



Essa possibilidade já serve para ampliar o desgaste do Executivo com o Congresso Nacional. O líder da oposição, Alessandro Molon (PSB/ RJ), se manifestou pela “convocação do Ministro e do presidente do Banco Central para prestar esclarecimentos à Câmara dos Deputados e entrar com representação no Ministério Público Federal por improbidade administrativa contra ambos”.



MOREIRA &
GREGÓRIO
CONSULTORIA
POLÍTICA

Serviço prestado exclusivamente para a Federação Nacional dos Policiais Federais.
Desenvolvido pela Moreira & Gregório Consultoria Política.

SGAN, Condomínio Ion, Qd. 601, Lote H, Sala 2027 – Brasília/DF – CEP: 70830-018 – (61) 98126-3938.
Rua da República nº 202, Centro Comercial Foz Center, Loja 08, Figueira da Foz – Distrito de Coimbra – Portugal – (+351) 91 500 00 00



FENAPEF
FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS

O vice-presidente da Câmara, deputado Marcelo Ramos (PL/AM), em uma publicação no Twitter, disse: “Quer dizer que o ministro que ataca todos os incentivos fiscais da indústria brasileira e, em especial a ZFM (Zona Franca de Manaus), tem offshore em paraíso fiscal para não pagar imposto no Brasil? Não é só uma questão legal, é uma questão ética e de coerência com o discurso”.



Apesar do clima difícil para o Governo Federal, as articulações e negociações para viabilizar a PEC dos precatórios e a busca por medidas para conter a alta dos preços dos combustíveis e do botijão de gás (GLP) devem avançar na Câmara dos Deputados. Já o Senado Federal retoma a deliberação de pautas importantes para o governo, como o marco das ferrovias e a privatização dos Correios.

Legislativo

Câmara dos Deputados: Os deputados poderão apreciar o PLP 11/2020, que prevê a apuração do ICMS-substituição relativo ao diesel, etanol hidratado e à gasolina a partir de valores fixos por unidade de medida, definidos na lei estadual. No âmbito das comissões, a CTASP poderá apreciar o PL 9273/2017, que

institui a remessa de medicamentos por meio de operação postal e o PL 699/2020, que institui a livre negociação para permitir remuneração parcial de trabalhadores na CLT; a CSPCCO poderá apreciar o PL 1241/2021, que autoriza o Poder Executivo Federal criar o programa de apoio de benefícios aos Profissionais de Segurança Pública da ativa que atuam no combate à COVID19; a CCJC poderá apreciar a PEC 7/2020, que altera o Sistema Tributário Nacional. Além disso, a CME promoverá audiência pública para debater sobre a MP 1063/2021, que versa sobre novas regras para venda de álcool e respectiva contribuição e a MP 1069/2021, que dispõe sobre a comercialização de combustíveis por revendedor varejista. Por sua vez, o relator da PEC dos Precatórios poderá apresentar seu parecer à matéria no âmbito da Comissão Especial que analisa a matéria.



Senado Federal: Os senadores poderão apreciar o PL 21/2020 que regulamenta o uso da inteligência artificial. No âmbito das comissões a CAS poderá apreciar o PLS 83/2016 para especificar as doenças



MOREIRA &
GREGÓRIO
CONSULTORIA
POLÍTICA

Serviço prestado exclusivamente para a Federação Nacional dos Policiais Federais.
Desenvolvido pela Moreira & Gregório Consultoria Política.

SGAN, Condomínio Ion, Qd. 601, Lote H, Sala 207 – Brasília/DF – CEP: 70830-018 – (61) 98126-3938.
Rua da República nº 202, Centro Comercial Foz Center, Loja 08, Figueira da Foz – Distrito de Coimbra – Portugal – (+351) 21 300 00 00



FENAPEF
FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS

incapacitantes, para fins de incidência da contribuição previdenciária de servidores públicos inativos e seus pensionistas. Além disso, a CPI da pandemia promoverá a oitiva do Sr. Raimundo Nonato Brasil e do Sr. Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho, Diretor-presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar.



Judiciário

O Plenário do STF poderá julgar a ADI 5766 que questiona o pagamento de honorários periciais e advocatícios de sucumbência pelo

beneficiário da justiça gratuita e utilização de créditos obtidos ainda que em outro processo, para este fim.



Cenário Socioeconômico

A CNI divulgará dados dos Indicadores Industriais; o IBGE divulgará Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física – Brasil e Regional.



MOREIRA &
GREGÓRIO
CONSULTORIA
POLÍTICA

Serviço prestado exclusivamente para a Federação Nacional dos Policiais Federais.
Desenvolvido pela Moreira & Gregório Consultoria Política.

SGAN, Condomínio Ion, Qd. 601, Lote H, Sala 2027 – Brasília/DF – CEP: 70830-018 – (61) 98126-3938.
Rua da República nº 202, Centro Comercial Foz Center, Loja 08, Figueira da Foz – Distrito de Coimbra – Portugal – (+351) 234 31 11 11



FENAPEF
FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS

PAUTA DE PLENÁRIO

//

SENADO FEDERAL

Item	Proposição	Autor	Descrição	Relator	Parecer	Tramitação
-	<u>PLS 261/2018</u>	Senador José Serra (PSDB/SP)	Dispõe sobre: I – a exploração indireta pela União do transporte ferroviário em infraestruturas de propriedade privada entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, que transponham os limites de Estado ou Território, ou que se conectem às ferrovias federais; II – as atividades desempenhadas pelas administrações ferroviárias privadas; III – a autorregulação ferroviária; IV – a segurança do trânsito e do transporte ferroviário.	Senador Jean Paul Prates (PT/RN)	Favorável <u>com substitutivo</u>	CAE, CI, Plenário

//

COMISSÕES

Terça-Feira (05/10)

//

PEC 23/2021 – PRECATÓRIOS | Anexo II, Plenário 05, 18h00

Item	Proposição	Autor	Descrição	Relator	Parecer	Tramitação
4	<u>REQ 17/2021</u>	Deputado Luis Miranda (DEM/DF)	Requer a realização de audiência pública, com a finalidade de discutir a PEC 023/21 - modifica regime precatórios da união com os seguintes convidados: Supremo Tribunal Federal; Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – UNAFISCO; Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil – SINDFISCO; Tribunal Regional Federal da 1ª Região de Brasília-DF; Conselho da Justiça Federal – CJF e Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital – FENAFISCO	-	-	CESP

//



**MOREIRA &
GREGÓRIO**
CONSULTORIA
POLÍTICA

Serviço prestado exclusivamente para a Federação Nacional dos Policiais Federais.
Desenvolvido pela Moreira & Gregório Consultoria Política.

SGAN, Condomínio Ion, Qd. 601, Lote H, Sala 2027 – Brasília/DF – CEP: 70830-018 – (61) 98126-3938.
Rua da República nº 202, Centro Comercial Foz Center, Loja 08, Figueira da Foz – Distrito de Coimbra – Portugal – (+351) 91385-7955.



FENAPEF
FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS

CTASP – TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO | Anexo II, Plenário 12, 09h30

Item	Proposição	Autor	Descrição	Relator	Parecer	Tramitação
6	PL 4732/2020	Deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS)	Dispõe sobre a concessão de linha especial de crédito consignado para aposentados e pensionistas do regime geral de Previdência Social (INSS) e servidores públicos ativos e inativos municipais, estaduais e federais e respectivas pensionistas, aos militares ativos e inativos e respectivas pensionistas, em virtude do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e nos 12 meses subsequentes (pós pandemia).	Deputado Rogério Correia (PT/MG)	<u>Favorável com substitutivo</u>	CSSF, CTASP, CFT, CCJC
11	PL 7900/2017	Deputado Lucas Vergilio (SOLIDARIEDA DE/GO)	Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil das pessoas naturais e jurídicas pela prática ou participação em atos de receptação de bens de consumo, gêneros alimentícios ou quaisquer outros produtos, industrializados ou não, provenientes de contrabando, descaminho, roubo, furto ou de origem não comprovada.	Deputado Hélio Costa (REPUBLICAN OS/SC)	<u>Favorável com substitutivo</u>	CTASP, CFT, CCJC
14	PL 953/2019	Deputado Jose Mario Schreiner (DEM/GO)	Altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, estabelecendo casos e condições em que a omissão de resposta a manifestações de particulares por parte da Administração Pública constitui direitos subjetivos em favor dos interessados, e dá outras providências.	Deputado Kim Kataguiri (DEM/SP)	<u>Favorável com substitutivo</u>	CTASP, CCJC

//

GT – ANTEPROJETO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL | Anexo II, Plenário 13, 10h00

Reunião para continuação da apreciação das emendas ao Substitutivo, item "a" do Roteiro de Trabalho: Dos Princípios Fundamentais e Da Apuração Criminal.

//

CPI DA PANDEMIA | Anexo II, Plenário 03, 10h00

Reunião para tomada de depoimento de Raimundo Nonato Brasil, CEO da VTCLog.

//

CCJC – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA | Anexo II, Plenário 01, 13h00

Item	Proposição	Autor	Descrição	Relator	Parecer	Tramitação
------	------------	-------	-----------	---------	---------	------------



**MOREIRA &
GREGÓRIO**
CONSULTORIA
POLÍTICA

Serviço prestado exclusivamente para a Federação Nacional dos Policiais Federais.
Desenvolvido pela Moreira & Gregório Consultoria Política.

SGAN, Condomínio Ion, Qd. 601, Lote H, Sala 2027 – Brasília/DF – CEP: 70830-018 – (61) 98126-3938.
Rua da República nº 202, Centro Comercial Foz Center, Loja 08, Figueira da Foz – Distrito de Coimbra – Portugal – (+351) 91385-7955.



FENAPEF

FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS

2	PL 9436/2017	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Altera dispositivos do Decreto-lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969 - Código de Processo Penal Militar, bem como revoga o artigo 90-A da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.	Deputado Coronel Tadeu (PSL/SP)	<u>Favorável com substitutivo</u>	CCJC, Plenário
7	PL 4895/2020	Deputado Subtenente Gonzaga (PDT/MG)	Altera o Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 para criar o crime de "Intimidação violenta".	Deputada Margarete Coelho (PP/PI)	<u>Favorável com substitutivo</u>	CCJC, Plenário
8	PL 2563/2003	Senado Federal - Magno Malta (PL/ES)	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para estabelecer as atribuições do serviço de inteligência penitenciária.	Deputado Kim Kataguiri (DEM/SP)	<u>Favorável</u>	CSPCCO, CCJC

//

CSPCCO – SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO | Anexo II, Plenário 14, 13h00

Item	Proposição	Autor	Descrição	Relator	Parecer	Tramitação
1	REQ 87/2021	Deputado Eli Corrêa Filho (DEM/SP)	Requer a realização de audiência pública para debater o PL 5.417/2020, que estabelece normas para publicidade de armas de fogo em todo território nacional e dá outras providências.	-	-	CSPCCO
7	PL 1241/2021	Deputado Pastor Sargento Isidório (AVANTE/BA)	Autoriza o Poder Executivo Federal criar o programa de apoio de benefícios aos Profissionais de Segurança Pública da ativa que atuam no combate à COVID (PAPSP-COVID), destinado aos profissionais de Segurança Pública que estejam trabalhando nas atividades diretamente ligadas ao enfrentamento da pandemia Covid-19.	Deputado Fábio Henrique (PDT/SE)	<u>Favorável com substitutivo</u>	CSPCCO, CSSF, CFT, CCJC
13	PL 2628/2019	Deputado Heitor Freire (PSL/CE)	Altera o Decreto-lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969 - Código de Processo Penal Militar, e a Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965, para instituir a necessidade de prova qualificada para a abertura de inquérito policial militar e para instituir processos disciplinares de policiais civis da União e do Distrito Federal.	Deputado Paulo Ganime (NOVO/RJ)	<u>Contrário</u>	CSPCCO, CREDN, CCJC
16	PL 17/2020	Deputado José Medeiros (PODEMOS/MT)	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para dispor sobre a aquisição de armamento para atender aos princípios, diretrizes e objetivos da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social de que trata a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018.	Deputado Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>Favorável com substitutivo</u>	CSPCCO, CFT, CCJC
17	PL 4288/2020	Deputada Margarete Coelho (PP/PI)	Acrescenta o art. 37-A à Lei n. 13.675, de 11 de junho de 2018, para vedar a possibilidade de imposição de sigilo aos procedimentos operacionais padrão e aos protocolos de investigação e perícia elaborados pelos integrantes operacionais do Sistema Único de Segurança Pública (Susp).	Deputado Marcelo Freixo (PSB/RJ)	<u>Favorável</u>	CSPCCO, CCJC



MOREIRA &
GREGÓRIO
CONSULTORIA
POLÍTICA

Serviço prestado exclusivamente para a Federação Nacional dos Policiais Federais.
Desenvolvido pela Moreira & Gregório Consultoria Política.

SGAN, Condomínio Ion, Qd. 601, Lote H, Sala 2027 – Brasília/DF – CEP: 70830-018 – (61) 98126-3938.
Rua da República nº 202, Centro Comercial Foz Center, Loja 08, Figueira da Foz – Distrito de Coimbra – Portugal – (+351) 91385-7955.



FENAPEF

FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS

20	PL 1256/2021	Deputado Nivaldo Albuquerque (PTB/AL)	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para instituir o documento único de porte, bem como determinar o exame toxicológico de larga janela de detecção para a aquisição e registro de armas de fogo.	Deputado Pastor Eurico (PATRIOTA/PE)	<u>Favorável</u>	CSPCCO, CCJC
22	PL 2184/2021	Deputado Capitão Alberto Neto (REPUBLICAN OS/AM)	Dispõe sobre o seguro de vida para profissionais de segurança pública.	Deputado Gurgel (PSL/RJ)	<u>Favorável</u>	CSPCCO, CFT, CCJC

//

CTFC – TRANSP., GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR | Anexo II, Plenário 13, 14h30

Item	Proposição	Autor	Descrição	Relator	Parecer	Tramitação
1	REQ 10/2021	Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)	Requer que sejam prestadas pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Anderson Torres, e pelo Senhor Ministro da Defesa, Sr. Walter Braga Netto, informações relativas à emissão de licenças para posse e porte de armas no Brasil, concedendo acesso integral a esta comissão aos dados do Sistema Nacional de Armas - Sinarm e do Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (SIGMA).	-	-	CTFC

//

Quarta-Feira (06/10)

//

CCJC – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA | Anexo II, Plenário 01, 10h00

Item	Proposição	Autor	Descrição	Relator	Parecer	Tramitação
4	APJ 5/2021	Subcomissão Especial para Assuntos Penais	Altera os artigos 312, 315, 316, 329, 330 e 333 o Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) a fim de aprimorar os crimes contra a Administração Pública.	-	-	CCJC

//

CPI DA PANDEMIA | Anexo II, Plenário 02, 10h30

Reunião para oitiva do Sr. Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho (ANS).



MOREIRA &
GREGÓRIO
CONSULTORIA
POLÍTICA

Serviço prestado exclusivamente para a Federação Nacional dos Policiais Federais.
Desenvolvido pela Moreira & Gregório Consultoria Política.

SGAN, Condomínio Ion, Qd. 601, Lote H, Sala 2027 – Brasília/DF – CEP: 70830-018 – (61) 98126-3938.
Rua da República nº 202, Centro Comercial Foz Center, Loja 08, Figueira da Foz – Distrito de Coimbra – Portugal – (+351) 91385-7955.